

Palmela

NO PERÍODO REPUBLICANO (1890-1926)

Implantada a República em 1910, Palmela é, neste período, herdeira de um percurso trilhado desde a século XIX que lhe molda o rosto, ditando os passos que, doravante, as suas gentes irão dar.

CONDIÇÕES DE VIDA

Portugal é um país rural e pobre. Dos cerca de 5 milhões de habitantes, cerca de 60% habita em aldeias, trabalhando e vivendo em dramáticas condições de vida e de trabalho.

Palmela testemunha esta realidade. Freguesia do concelho de Setúbal, desde 1855, em 1911 tem 12.829 habitantes, na sua larga maioria presos à terra... duplamente. Presos ao trabalhos das jornas que as grandes herdades oferecem e dependentes das pequenas courelas que arrendam, não só como suplemento para os magros vencimentos, mas para salvaguarda da, sempre presente, ameaça do desemprego.

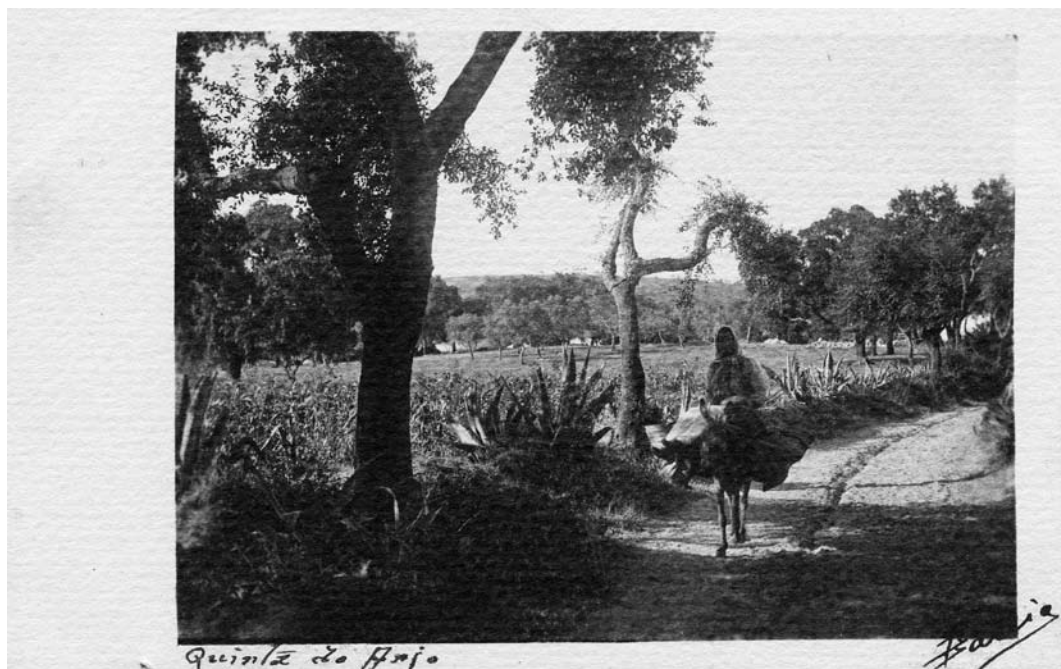
Mas ainda que a condição social seja a que descrevemos, o progresso económico avança.

As grandes herdades como Rio Frio, Quinta da Torre e Algeruz “dão” courelas em arrendamento, transformando a charneca abandonada em terra fértil, empreendimento no qual José Maria dos Santos, em Pinhal Novo, é por certo um dos maiores responsáveis. O trabalho traz gente, que vem conferir vida e desenvolvimento a todo o território de Palmela.

Em 1910, como mostramos mais adiante, Palmela é uma das freguesias mais prósperas do concelho de Setúbal, facto que faz reacender, em muitos, o desejo de conquistar a autonomia administrativa face a Setúbal. É com esse propósito que, em 1914, é constituído o Grupo Pró-Restauração do Concelho de Palmela.



Volta da Pastagem, Quinta do Anjo, 1ª década do século XX. Autor: José Bárçia. Arquivo Municipal de Palmela



A caminho de casa, Quinta do Anjo, 1ª década do século XX. Autor: José Bárcia. Arquivo Municipal de Palmela

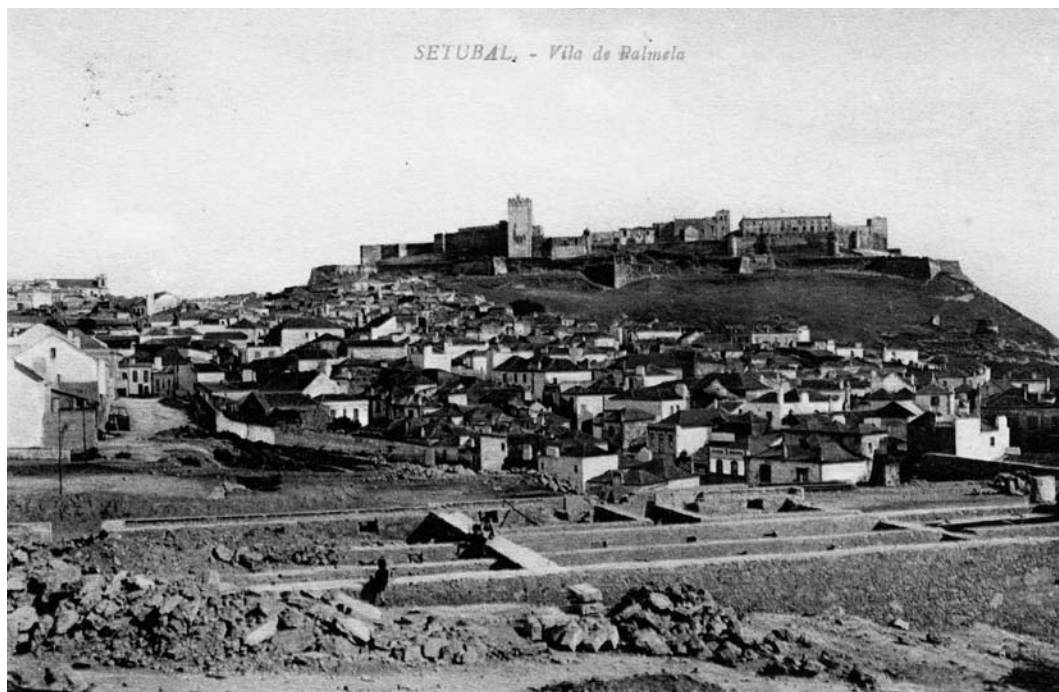


Pastores de perús, Quinta do Anjo, 1ª década do século XX. Autor: José Bárcia. Arquivo Municipal de Palmela

POSSE DA TERRA

Ter terra e ser proprietário nunca foi coisa menor. Terra é trabalho, subsistência e prestígio. Esta mesma terra, “bens de raiz”, esteve sempre, ao longo da História, nas mãos dos detentores do poder: Coroa, Igreja e grandes senhores, que, desde o fim da Idade Média, vão estruturar a divisão da terra, moldando-a consoante as diferentes condições geográficas, económicas e sociais e cujas formas ainda hoje podem ser observadas.

Em Palmela, a terra encontra-se desde a Idade Média nas mãos da Ordem de Santiago, passando posteriormente, após a extinção das Ordens Religiosas em 1834, para a posse da aristocracia, como a Casa Palmela. Proprietários absentistas que vão permitindo que o solo permaneça improdutivo e desabitado.



Vila de Palmela, 1ª década do séc. XX. Autor: José Bárcia. Arquivo Municipal de Palmela

Em 1842, o príncipe Lichnowsky, da Prússia, descreve assim este território:

“Desde Palmela até ao Calhariz, muitas e nobres residências com belas quintas e propriedades agrícolas anexas, grande parte das quais estão em grande decadência pela ausência dos seus proprietários. O Terreno cultivado, que se pode calcular é uma quinta parte da superfície total, é ocupado pelas vinhas, olival, terras de pão, montado de sobre e pinhal. A charneca de mato bravio guarnece grande parte do vale do Picheleiro e a vertente norte da serra da Arrábida, avançando do lado do leste sobre o monte de S. Luís ao encontro da Serra de Palmela.”

Príncipe Lichnowsky (1844), *Portugal, recordações do anno de 1842*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Na segunda metade do século XIX, pela mão de Fontes Pereira de Melo, o governo da Nação aposta na agricultura e regulamenta leis que vão, finalmente, agilizar o aforamento e o arrendamento de terras, fomentando extraordinariamente a exploração do solo. Os grandes temas debatidos no país são mesmo a má distribuição da terra (a Norte muita gente sem terra, a Sul muita terra sem gente), e o desperdício dos baldios, vistos como importantes entraves ao desenvolvimento do país.

No território de Palmela, pese embora a sua extinção como concelho em 1855, que lhe retira importância política, os territórios anteriormente devolutos são atravessados pelo comboio e colocados a produzir mediante o recurso ao arrendamento.

Em Rio Frio, José Maria dos Santos coloca a produzir 2.400 ha de solo árido, dividindo 200 ha, em 400 casais.

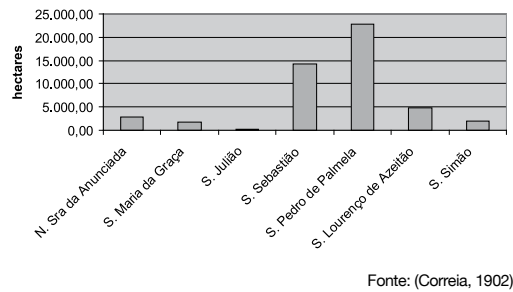
A Casa Palmela, proprietária de bens nas actuais freguesias de Palmela e Quinta do Anjo, em 1854, nomeadamente o Morgado da Fonte do Anjo, dispõe de 23 foros.

A Quinta da Torre, propriedade do Visconde do Tojal, estende-se entre as povoações de Cabanas e Vendas de Azeitão, com uma área de 1.836,3 ha. Nos finais do século XIX, parte desta vasta propriedade foi dividida em pequenas courelas e estas entregues a três centenas de rendeiros.

A Herdade de Algeruz divide parte do seu território em 300 courelas, com cerca de seis hectares cada uma.

No território concelhio, a superfície das sete freguesias apresenta a seguinte diferenciação.

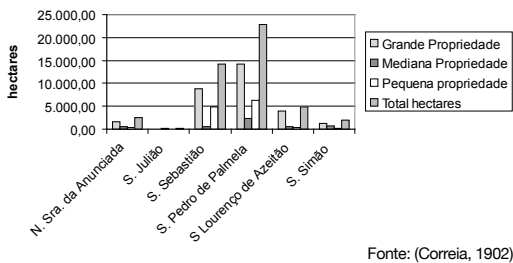
Superfície Total por freguesia, 1899



S. Pedro de Palmela constitui a freguesia mais extensa do concelho, com 22.857,72 ha (46,9%), seguida de S. Sebastião, com 14.195,07 ha (29,1%), S. Lourenço de Azeitão, 4.811,74 ha (9,9%); N^a. Sr^a. da Anunciada, 2.830,14 ha (5,8%); S. Simão, 1.994,22 ha (4,1%); S^{ta}. Maria da Graça, 1.800,00 ha (3,7%) e S. Julião com apenas 292,719 ha (0,6%).

Neste território é expressiva a presença da “Grande Propriedade”, imensos latifúndios, propriedade dos “Senhores da Terra”, aristocracia terratenente, que, paulatinamente, a vai “dando” em arrendamento, permitindo o aparecimento da “pequena propriedade”.

Dimensão da Propriedade por freguesia, 1899



No concelho de Setúbal com 46.600,20 ha, impera a “Grande Propriedade”, que ocupa, ainda, 29.935,79 ha (64,2%), seguindo-se a “Mediana” com 4.526,24 ha, (9,7%) e a “Pequena” presente apenas em 12.068,17 ha (25,9%).

Em todas as freguesias é evidente o relevo da “Grande Propriedade”. Em Palmela, 14.273,86 ha (62,5%) são de “Grande Propriedade”, 2.266,09 ha (9,9%) de “Mediana” e 6.311,77 ha (27,6%) de “Pequena”.

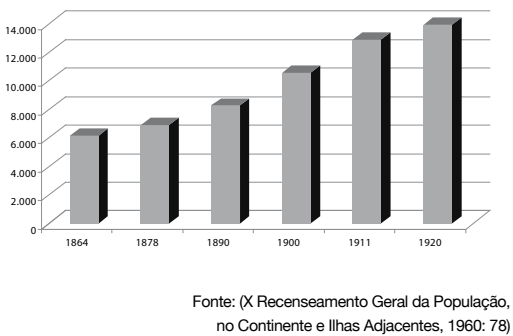
Notamos que no concelho de Setúbal é a freguesia de S. Lourenço de Azeitão que possui maior percentagem de terra integrada na “Grande propriedade”, ou seja, 80% dos seus 4.811,74 ha.

GENTE “DE FICAR”

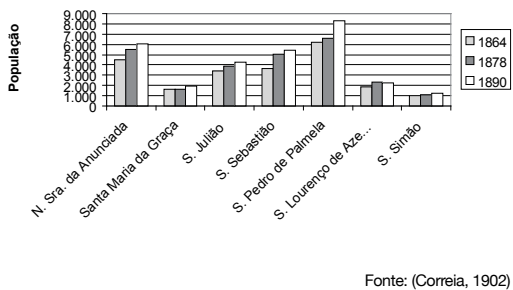
Em Palmela, por força da terra posta agora a produzir, chega mais gente. De “ir e vir”, que acontece aos trabalhos sazonais, para regressar à sua terra logo que estes terminam e a de “ficar” que permanece neste lugar arrendando terras, para beneficiar da abundante oferta de trabalho e, logo que possa, arrendar um chão que possa chamar “seu”.

A população cresce de forma incessante, passando de 6.172 em 1864, para 13.920 em 1920. Tal realidade tem um preço.

Crescimento da População, 1864 a 1929



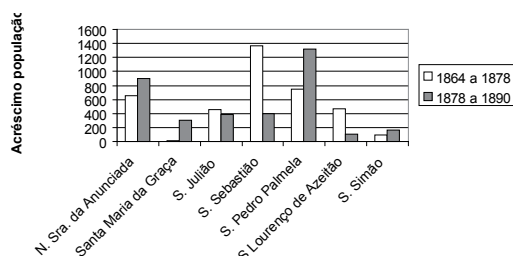
Recenseamento do concelho de Setúbal, 1864, 1878 e 1890



Como o gráfico mostra, todas as freguesias do concelho de Setúbal assistem, neste período, a um crescimento intenso da população. Em 1890 Palmela é a freguesia mais populosa, contando com 8.271 habitantes, seguindo-se, N^a. Sr^a. da

Anunciada, com 6.014; S. Sebastião, com 5.410; S. Julião, com 4.244; S. Lourenço, com 2.230; St^a. Maria da Graça, com 1.913 e S. Simão apenas com 1.238.

Movimento da População por freguesia nos dois períodos: 1864 a 1878 e 1878 a 1890



Fonte: (Correia, 1902)

Nas freguesias de S. Pedro de Palmela e S. Sebastião o crescimento é mais expressivo entre 1878-1890. Mantendo-se equilibrado em S. Julião e S. Simão; em S. Lourenço, no 2º período, assiste-se a uma queda brusca. Cai também em S. Julião (455-380); S. Lourenço (472-101) e S. Sebastião (1370-402); mas cresce em S. Simão (96-162), N^a. Sr^a. da Anunciada (649-899); Santa Maria da Graça (10-302) e, sobretudo, S. Pedro de Palmela (751-1.314), freguesia mais populosa do concelho.

SINAIS DOS TEMPOS

A propaganda republicana, acolhida preferencialmente pelos centros urbanos, encontra em Setúbal, sobretudo junto da burguesia e do operariado, ouvintes particularmente atentos e intervenientes.

Em 1908 decorre em Palmela um importante comício republicano, no âmbito do qual é constituído o “Centro Republicano Palmelense Almeida Gândela”

Na freguesia de Palmela, a maioria da população, pobre e analfabeta, encontra-se alheada das questões políticas e preocupada, sobretudo, com fragilidade da sua subsistência. Ainda que o “Republicanismo” prometa a cura de todos os “males da monarquia”, estando apostado, nomeadamente, na concretização dos ideais, herdados do movimento liberal, da “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, tais manifestações de vontade não alteram a rotina de quem depende dos campos.

Neste período, os jornais locais descrevem a prosperidade dos grandes proprietários, como José Maria dos Santos. Sobre os trabalhadores, dizem que são muitos, cada vez mais, embora omitam, ou não valorizem, as dramáticas condições em que vivem e trabalham.

Sobre a vila de Palmela é o estado de degradação do Castelo, que mais choca os colonistas. Senão vejamos:

“O castelo de Palmela é hoje um montão de ruínas. O tempo e os Homens deixaram vir quase a baixo um dos monumentos mais característicos da nossa terra (...). Agora, mal se conservam de pé as vetustas muralhas (...), isto até quando não forem arrazadas desde os alicerces, que os tempos vão mal e ainda há ali muito boas pedras para edificar casas...”

(Gonçalves, 1903:17)

A REPÚBLICA (1910-1926)

Em 5 de Outubro de 1910 a Implantação da República é marcada em Setúbal com o incêndio dos Paços do Concelho. Ardem antigas políticas, vetustos papéis, mas não velhas práticas. Nos campos, onde o desenvolvimento económico acontece, não chegam, porém, os ideais republicanos nem da igualdade, nem tão pouco da liberdade.

Aqui, os trabalhadores rurais, iletrados, desinformados e alheios aos percursos políticos da nação, sobrevivem em dramáticas condições de miséria que as lentes de José Bárcia e António Portugal immortalizam.

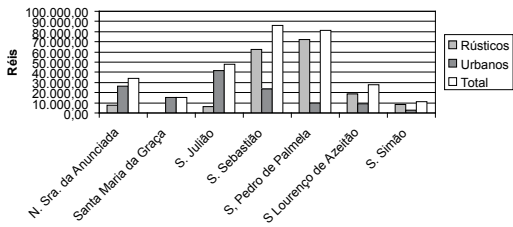
Em 1911, dos 13.318 cidadãos residentes na freguesia de Palmela, apenas 14% sabem ler. A maioria da população é analfabeta e preocupada, sobretudo, em sobreviver às instabilidades da natureza e aos fracos rendimentos do trabalho agrícola.

Mas, se o progresso social não acontece, o económico segue pujante, fazendo nascer, em muitos, o desejo aceso de recuperar a autonomia adminis-

trativa do território. A importância económica da freguesia confere legitimidade e consistência a tal aspiração.

De facto, às portas do séc. XX, S. Pedro de Palmela, tendo em conta a quantidade e dimensão dos bens imóveis, rústicos e urbanos, expressa na contribuição predial, é a 2ª freguesia economicamente mais importante.

Rendimento Colectável por freguesia, 1899



Fonte: (Correia, 1902)

O concelho de Setúbal é constituído, maioritariamente, por prédios maioritariamente rústicos. A Palmela, onde se encontram 41,1% dos bens rústicos do concelho (71.954\$46) e 7,3% de prédios urbanos (9.387\$43), dada a dimensão, cabe-lhe o pagamento de 81.341\$90 (26,3%), sendo a freguesia que mais contribui a seguir a S. Sebastião, à qual cabe 86.162\$312 (28,4%).

Neste sentido, em 1914 é constituído o “Movimento Pró-Restauração do Concelho de Palmela” e todo o período Republicano é vivido na perseguição deste objectivo, conquistado apenas em 1926, já na alvorada do Estado Novo.

Vejamos:

“Considerando que a freguesia de Palmela, do concelho de Setúbal, pelo valor da sua indústria agrícola e pelo aumento da sua população, constitui hoje um centro de grande prosperidade (...);

Considerando que pela independência municipal a freguesia de Palmela se colocará em condições de, usufruindo as correspondentes regalias administrativas, efectivar a resolução de necessidades urgentes, quer de expansão industrial, quer de progresso social;” (Decreto-Lei n.º 12:615, de 1 de Novembro de 1926)

Neste período, a República invade as ruas da vila. Os antigos topónimos, sobretudo de cariz religioso, porque os novos tempos não são gratos à

igreja, vêem-se substituídos pelo nome de personalidades e acontecimentos que forjaram o novo regime ou os seus ideais.

Assim: a Rua do Ouro, passa a designar-se Rua Serpa Pinto; a Rua do Chafariz, Rua Augusto Cardoso; a Rua do Pelourinho, Praça Duque de Palmela; a travessa de S. Pedro, Rua Elias Garcia; o Largo do Infante D. Afonso, Largo 5 de Outubro; o Largo de S. Sebastião, Largo Marquês de Pombal; a Rua da Cruz, Rua 31 de Janeiro; a Rua de S. Sebastião, Rua Almirante Reis; a Rua de Santo António, Rua Heliodoro Salgado; a Rua da Misericórdia, Rua Miguel Bombarda e a Rua dos Lagares, Rua Hermenegildo Capelo.

Mas esta República, presente nos caminhos, é praticamente inócua nas vidas das gentes deste concelho, cujos graves e generalizados problemas de subsistência, não consegue resolver ou sequer minorar. Há muita gente, dependente do trabalho da terra que ainda forma, maioritariamente, grandes latifúndios, na posse de quem, por força do excesso da mão-de-obra, continua a impor condições de trabalho, próximas da antiga servidão.

As mudanças não-de chegar, mas bastante mais tarde, muito por força das lutas e conquistas sociais decorrentes do 25 de Abril de 1974.



Pastora de perús, Quinta do Anjo, 1ª metade do século XX. Autor: Espólio Eduardo Portugal. Arquivo Fotográfico de Lisboa



Jogando ao
Berlinda, Quinta
do Anjo, 1ª metade
do século XX.
Autor: Espólio
Eduardo
Portugal.
Arquivo
Fotográfico
de Lisboa



Menino Pastor, Quinta
do Anjo, 1ª metade
do século XX. Autor:
Espólio Eduardo
Portugal. Arquivo
Fotográfico de Lisboa



Cuidando da
Criação, Quinta
do Anjo, 1ª metade
do século XX.
Autor: Espólio
Eduardo
Portugal.
Arquivo
Fotográfico
de Lisboa

No período em que se assinala o Centenário da Implantação da República, Palmela celebra este período enquanto berço da unidade nacional em torno da modernidade e dos valores liberais e democráticos, valorizando o seu percurso histórico e reiterando os ideais republicanos, nomeadamente da crença convicta no valor da Educação. Mas sobre os ideais republicanos da Liberdade,

da Igualdade e da Fraternidade, nada está ganho! Sendo certo que somos herdeiros de uma cultura democrática, esta depende da convicção e do conhecimento que cada um de nós coloque neste valor.

Neste sentido, hoje, como há 100 anos, seguimos na defesa da força, esperança e poder que habita em cada se humano.

FONTES

X Recenseamento Geral da População, no Continente e Ilhas Adjacentes, 1960.

CORREIA, Romeu (1902), “Monographia do Concelho de Setúbal”, in *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, n.º 1.

GONÇALVES, J.C de Sousa (1903), *O Castelo de Palmela*, Lisboa: Imprensa Comercial.

Relação de Presidentes da Câmara Municipal de Setúbal (1855-1926)*

1854-1855 - Agostinho Rodrigues Albino
1855-1856 - Agostinho Rodrigues Albino
1856-1857 - João Sesinando de Freitas
1858-1859 - Aníbal Álvares da Silva
1860-1861 - Aníbal Álvares da Silva
1862-1865 - Aníbal Álvares da Silva
1866-1868 - António Rodrigues Manitto
1868-1869 - Aníbal Álvares da Silva
1870-1880 - António Rodrigues Manitto
1880-1881 - José Eduardo Ahrens
- Joaquim Rasteiro
- António Maria Albino
1881-1882 - António Maria Albino
1882-1883 - Joaquim José Correia
1883 - Manuel António Soares
1884-1885 - João do Nascimento e Oliveira
1886 - Augusto Maria de Almeida Garcia Fidié
1887 - Francisco Augusto Machado Corrêa
1892 - António José Baptista
1895 - João Augusto dos Santos
1896-1899 - António José Baptista
1906-1910 - António José Baptista
Até 5 de Outubro de 1910 - António José Baptista
1910 - Dr. Leão Magno Azedo
1911-1912 - Joaquim Brandão
1913 - Manuel Livério

1914 - António Inácio Marques da Costa
1915 - Joaquim dos Santos Fernandes
- Manuel Livério
1918 - Henrique Augusto Pereira. Foi Vice-Presidente de 13 de Março de 1924 a 2 de Janeiro de 1926.
1918 - César de Bastos Romano Baptista
- Henrique Augusto Pereira
1919 - Henrique Augusto Pereira, Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal.
1919 - António Inácio Marques da Costa
- Belarmino Augusto Pereira de Abreu e Sousa
- Joaquim dos Santos Fernandes
1920 - José Theodoro Paninho
1920-1922 - José António de Azevedo
1923 - Carlos de Oliveira Trigo
1924 - Francisco Fernandes
1926 - Carlos Osório de Vasconcelos Botelho Moniz, Presidente da Comissão Administrativa, nomeada pelo Governo.

*Informação gentilmente cedida pela Câmara Municipal de Setúbal, no âmbito dos trabalhos do *Dicionário de Setúbal* da autoria de Carlos Mouro e Horácio Pena.